

Prefácio

Mario Wagner Vieira da Cunha

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CUNHA, MWV. Prefácio. In: LOPES, JRB. *Sociedade industrial no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, 1-7. ISBN: 978-85-9966-277-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Prefácio

Os estudos sociológicos reunidos neste volume pelo Prof. Juarez Rubens Brandão Lopes, da Universidade de São Paulo, representam uma valiosa contribuição à inteligência do processo de industrialização na sociedade brasileira contemporânea. Representam, por vários aspectos, um trabalho pioneiro que, por suas marcadas e amadurecidas diretrizes metodológicas, está destinada a influenciar decisivamente as futuras indagações nesse campo. Como poucas vezes se tem logrado entre nós nas pesquisas de ciências sociais, o autor consegue um equilíbrio e acerto felizes. Entre uma ampla interpretação sociológica e a precisão e minúcia dos dados coletados, na sua grande maioria, diretamente.

Não seria sem propósito apontar a posição metodológica assumida pelo autor como responsável, em boa parte, pelo mérito da contribuição ora apresentada. Desta posição metodológica há alguns traços que aqui desejaríamos destacar.

Ao buscar a base empírica de suas análises, o autor se entrega a uma coleta direta e extensa de dados, servindo-se, em grande parte, da técnica da entrevista livre. A variedade e as minúcias de aspectos da realidade estudada, bem como as sugestões e hipóteses para novas indagações, que brotam das entrevistas, – aqui muitas vezes transcritas literalmente constituem por si só uma fascinante revelação de um setor de nossa vida social ainda pouco conhecido, como o é o das relações trabalhistas. No entanto, o peso mesmo dessa documentação de natureza pessoal tenderia a exigir uma interpretação em que os traços individuais e subjetivos dominassem sobre a visão global e objetiva da realidade social estudada. Isto, porém, não ocorre porque o autor adota, de antemão, um esquema ou método interpretativo de caráter global e estrutural. Esse modelo, ele o empresta de Max Weber e, de modo mais preciso, à análise weberiana da estrutura social em termos de classe, status e poder¹.

Não deixa porém de criar dificuldades especiais a adoção da técnica da entrevista livre como instrumento principal de coleta dos dados que

¹ From Max Weber: *Essays in Sociology*, translated, edited, and with introduction by H. H. Gerth and C. Wright Mills, Nova Iorque, Oxford University Press, 1946.

deverão servir à interpretação estruturalista do modelo weberiano². O autor esbarra frequentemente com tais dificuldades, saindo-se delas, não raro, de maneira feliz, com refinamentos originais de análise dos dados. Outras vezes, no entanto, teve que apelar para dados de outra natureza, ainda que essa complementação assuma, no contexto geral, uma função secundária ou de arrimo.

Resulta dessa posição metodológica do autor que se torna arriscado apreciar as características globais de suas pesquisas, ou seja, a maneira como se fez a aplicação do esquema interpretativo estruturalista às relações trabalhistas brasileiras, sem que se cometa a injustiça de deixar de lado a riqueza mesmo de informações, interpretações e hipóteses laterais que estão de entremeio ou expressamente sugeridas na apresentação do material das entrevistas livres. No entanto, ainda, correndo o risco de cometer essa injustiça, tentaremos analisar os traços mais gerais dos presentes estudos.

O tema maior de indagação é o processo ou dinâmica da industrialização na sociedade brasileira. A industrialização não é concebida, de modo estreito e limitado, como o aumento do número de fábricas. Empresta-se ao processo uma inteligência mais ampla e sociológica, segundo uma orientação que vem já de Augusto Comte³. Seria possível ir além e reconhecer nos presentes estudos uma abordagem do industrialismo, dada a este termo a acepção que lhe atribui o grupo de economistas e

² Em dificuldades semelhantes encontrou-se William Lloyd Warner, em seus esforços por traçar a estrutura de classes na sociedade norte-americana atual, a partir, em grande parte, dos dados colhidos, também, através da técnica da entrevista livre. Cf. especialmente, *The social system of the modern factory*, New Haven, Yale University Press, 1947, and *The status system of a modern community*, New Haven, Yale University Press, 1950.

³ “Comte não define a sociedade industrial pela indústria; para ele, não é a criação de grandes fábricas ou as concentrações industriais o que caracteriza essa sociedade, e sim, são seus traços essenciais os seguintes: primeiro, a liberdade de trabalho para os indivíduos. Os trabalhadores estão livres e não amarrados por uma condição hereditária ou condenados a permanecer aonde por acaso tenham nascido. Segundo, a posição de cada um na sociedade é determinada, fundamentalmente, pela função que desempenhe no quadro total ou coletivo de trabalho. A hierarquia e os valores são estabelecidos por essa organização funcional do trabalho e da sociedade. Finalmente, o trabalho se transforma com a aplicação sistemática da ciência à organização da produção” (Raymond Aron, “The concept of industrial society” in *World technology and human destiny*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1963, p. 59).

sociólogos norte-americanos, interessados nos estudos internacionais ou comparativos de sociologia industrial, com Kerr, Harbison e outros à frente⁴.

Razões de especialização levam a que se considere à parte uma sociologia industrial, a qual, porém, não poderia se limitar ao estudo das “relações humanas do trabalho”, tal como se pretendeu a princípio, com os trabalhos de Elton Mayo e seus colaboradores, cuja influência no desenvolvimento da sociologia industrial é hoje por todos reconhecida⁵. Como tantas vezes insiste o autor, a sociologia industrial tem que considerar a sociedade toda em que se desenrolam as relações trabalhistas.

Nesse caso, é fundamental para compreensão da posição metodológica do autor saber onde se situou entre as várias abordagens, das mais genéricas às mais específicas, adotadas pelos modernos estudos do industrialismo ou da industrialização.

O industrialismo (conceito histórico-cultural ou antropológico) ou a industrialização (conceito estrutural ou sociológico) são apontados, por vezes, como marca fundamental da etapa histórica das sociedades atuais, das mais avançadas às mais atrasadas, economicamente falando-se. Aquelas e estas sociedades vivem sob o impacto do processo de industrialização ou do ethos ou padrão cultural do industrialismo. A compreensão deste ethos ou daquele processo de transformação seria, pois, fundamental para a compreensão do mundo moderno, seja em termos de desenvolvimento de cada nação, seja em termos das relações entre as nações e do destino da civilização e do homem contemporâneos.

Tal e tão amplíssima concepção do processo da industrialização e do industrialismo, vamos encontrá-la formulada por Raymond Aron. Porque a industrialização se desenvolveu primeiro na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, esta concepção facilmente se confunde com o processo de ocidentalização do mundo moderno. É como se aceitasse, sem mais ampla análise, que todas as nações adotaram ou deverão adotar o padrão da

⁴ Ver: “O estudo inter-universitário dos problemas laborais relacionados com o desenvolvimento econômico” in Clark Kerr, John T. Dunlop, Frederick H. Harbison e Charles A. Myers, *Industrialismo e sociedade industrial*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.

⁵ “La sociologie industrielle”, *Current Sociology*, vol. XII, n. 2, 1963-64.

sociedade industrial ocidental, apesar das meramente aparentes resistências apresentadas, inclusive a União Soviética, a Índia, os países africanos. A análise de economistas como Colin Clark⁶ e Rostow⁷, e as dos já mencionados sociólogos industriais norte-americanos, só são possíveis, como o observa Aron⁸, “porque aceitam que todas as sociedades atuais pertencem ao mesmo tipo social; todas elas se desenvolvendo na mesma linha, forçando as mesmas normas de progresso ou de modernização”⁹.

Esta concepção larga foi adotada pelo Congresso da Liberdade da Cultura, quando tomou para tema de várias de suas reuniões e estudos o binômio “Tradição e Mudança”. O que levou a pôr juntos os elementos desse binômio foi a idéia de que todas as sociedades – é Aron que escreve – “tanto aquelas que chamamos desenvolvidas como aquelas apontadas como subdesenvolvidas, estão atualmente experimentando um conflito entre suas tradições e as mudanças rápidas que o crescimento traz... Se o choque entre tradição e modernismo é mais violento nos países subdesenvolvidos, ele também ocorre nas chamadas sociedades do Ocidente”¹⁰.

O tema destes estudos do Prof. Juarez Brandão Lopes é também o da “tradição e mudança”, ou seja, da transição do tradicionalismo ao modernismo. Todavia, o que entende ele por tradicionalismo ou por organização social tradicional é mais limitado e mais específico, o que lhe permite, desde logo, separar a interrogante das sociedades desenvolvidas – até aonde poderão continuar a desenvolver-se? – da interrogante das sociedades subdesenvolvidas – com que sacrifícios dos seus valores humanos, culturais e políticos obterão o desenvolvimento?

Os estudos dos antropólogos do fim do século passado, que seguiram a senda da expansão do colonialismo na Ásia e na Oceania, denunciavam em cores dramáticas o desmantelo cultural resultante do encontro cultural e político entre o Ocidente e o Oriente. Contribuíram esses estudos para que

⁶ Colin Clark, *The Conditions of economic progress*, 3rd. ed., Londres, Macmillan, 1957.

⁷ Walt W. Rostow, *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*, Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

⁸ Raymond Aron, ed. *World technology and human destiny*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1963. (trad. de *Colloques de Rheinfelden*, Paris, 1960).

⁹ *Op. cit.*, p. 58.

¹⁰ *Op. cit.*, p. 55.

as análises do processo da industrialização, do princípio deste século, viessem marcadas também por esta nota de destaque da demolição da sociedade tradicional. Em artigo recente, Herbert Blumer¹¹ ainda não abandona de todo essa concepção da industrialização quando a defende de acusações exageradas quanto aos seus efeitos dissolventes. Ao mesmo tempo, na segunda parte desse artigo, avança o que se poderia considerar a concepção hoje predominante, de que a industrialização deve ser entendida, não como um processo de fora para dentro, imposto mecânica ou “autoritariamente”, e sim, de dentro para fora, orgânico ou “democrático”. Blumer indica cinco maneiras das sociedades responderem à industrialização, maneiras estas que não só facultam este processo, como lhe dão as características diversas que assume ele em cada sociedade: a resposta da rejeição, a disjuntiva, a assimilativa, a de reforçamento e a dissolvente.

O Prof. Juarez Brandão Lopes se coloca, claramente, dentro da concepção moderna de uma compreensão orgânica do processo de industrialização. Não se preocupa, porém, nem com as “elites industrializantes”¹², nem com as orientações globais de receptividade ou resistência à industrialização, tais como as apontadas por Blumer. Deixa implícito ou pacífico o esforço das elites industrializantes e passa a considerar as resistências de modo mais específico e detalhado. Analisa os esforços de adaptação da sociedade tradicional, ou melhor dos trabalhadores rurais, à nova sociedade industrial e de modo mais direto, às fábricas. Do binômio tradicionalismo-modernismo, sua atenção é antes sobre o tradicionalismo ou elementos da estrutura tradicionalista de poder. Em raros casos, efetivamente, analisa a nova ordem social. O papel dos patrões ou industriais fica, assim, limitado quanto aos seus esforços de contemporização ou manipulação dos padrões sociais tradicionais.

Por certo, a ênfase que o Prof. Juarez Brandão Lopes dá ao processo de transformação da sociedade tradicional ou da sua subsistência nas relações trabalhistas, não resulta de um ponto de vista a priori, e sim, da justa e correta análise dos dados, ou seja, das duas situações de trabalho que

¹¹ Herbert Blumer, “Industrialization and the traditional order”, *Sociology and Social Research*, January, 1964, p. 129-138.

¹² (12) Clark Kerr, John T. Dunlop, Frederick H. Harbison, *Industrialismo e a sociedade industrial*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.

tomou para objeto de seus estudos, uma no interior e outra na capital do Estado de São Paulo.

Destacando, por razões de ordem empírica, o processo de transformação ou de contemporização da sociedade tradicional, o autor não chega, porém, a enunciar, de modo mais expresso, o seu conceito de sociedade tradicional. Refere-se especificamente à sociedade tradicional brasileira. Não, propriamente, a sociedade correspondente à época e local das pesquisas, e sim, àquela em que cresceram ou em última análise têm sua origem os trabalhadores entrevistados quase todos eles de procedência rural. A menor atenção que dá à diferença que vai entre um trabalhador rural recém-emigrado do campo e um outro que ao campo se prende somente por sua ascendência – o que leva a subestimar os processos de urbanização e das transformações familiares – torna difícil reconhecer até que ponto a continuidade da sociedade tradicional está sendo entendida em termos estruturais ou históricos. Por outras palavras, o trabalhador que predomina nas fábricas é rural, em parte, porque conserva, por tradição histórica, valores e padrões próprios do campo, mas o é, fundamentalmente, porque a sua dependência para com os patrões e suas relações para com estes continuam a ser as mesmas que existem ou existiam no meio rural. Sente-se que esse conceito de tradicionalismo deveria ser mais elaborado. Talvez, um passo nesse sentido seria verificar, em que medida corresponde efetivamente à nossa realidade a distinção entre um tradicionalismo histórico ou “clássico mediterrâneo” e um tradicionalismo estrutural ou “urbano contemporâneo”, preconizada por Silvert¹³ precisamente para o estudo das sociedades latino americanas. A simples referência à sociedade tradicional tal como a define Max Weber pouco esclarece. Rotula-se uma realidade que, na verdade, não se reconhece. Mesmo porque é sabido que a sociedade tradicional weberiana tem pontos essenciais de diferença com o meio rural brasileiro destes últimos anos em que, para mencionar um só traço diferenciador, a moeda e o mercado já estão razoavelmente introduzidos.

¹³ K. H. Silvert, “Les valeurs nationales, le développement, les leaders et leurs troupes”, *Revue Internationale des Sciences Sociales*, v. XV, n. 4, 1963 (Sociologie du Développement en Amérique Latine), p. 594-605.

Esboçado assim o quadro maior de cogitações sobre a moderna sociedade industrial, a que se prendem os estudos ora reunidos neste volume pelo Prof. Juarez Brandão Lopes, é necessário voltar a insistir em que a contribuição pioneira e marcante que trazem eles ao conhecimento das relações industriais no Brasil e à análise das transformações de uma sociedade tradicionalista, se fundamenta em uma cuidadosa e direta coleta de dados, orientada por uma posição metodológica esclarecida e ampla.

São Paulo, julho de 1964
Mario Wagner Vieira da Cunha
Professor (ap) da Universidade de São Paulo